

## Índice

A influência das ideologias dos adultos .....	1
O direito dos filhos a uma mãe e a um pai .....	3

### A influência das ideologias dos adultos

As ideologias dos adultos sobre a sexualidade repercutem-se sempre nas crianças. Evidentemente, as mudanças são justificadas invocando o interesse superior dos menores. Mas a experiência indica que muitos ficam feridos. Foi o que aconteceu com a defesa das relações entre adultos e menores. Também hoje em dia a proliferação de “crianças transexuais” revela o reflexo nelas de uma ideologia dos adultos.

Quando se fala da revolução sexual, dá-se por adquirido que desde maio de 1968 foi sempre para mais. Os tipos de relações afetivas seriam cada vez mais livres, as práticas sexuais mais variadas e as leis teriam renunciado a impor normas num terreno deixado aos gostos pessoais. No entanto, nem em tudo foi assim. Basta ver o caso da pedofilia.

Hoje parece-nos um crime intolerável contra a infância. Mas no início da revolução sexual dos anos setenta, as relações entre adultos e menores foram mais um campo onde havia que romper os tabus que aprisionavam a sexualidade. A libertação dos corpos devia chegar também às crianças e adolescentes, oprimidos por uma estrutura familiar arcaica. Como sempre que os adultos impõem as suas modas ideológicas aos menores, tudo era feito, evidentemente, a favor do interesse da criança.

Um livro do sociólogo francês Pierre Verdrager, “L’enfant interdit” (Ed. Armand Colin, Paris, 2013, 344 págs.), que é recordado num artigo do [“Le Monde”](#), conta como as relações

sexuais entre adultos e menores passaram de proposta inovadora nos anos setenta a crime abominável hoje.

#### Quando a pedofilia era libertadora

A conceção de que a pedofilia podia ser algo normal e natural não era então apenas uma ideia de um grupo de exaltados. Talvez fosse uma inclinação sexual muito minoritária. Mas, no calor da revolução sexual, muitos outros pensavam que ninguém devia ser penalizado por a praticar. Assim se explica que há quarenta anos um texto subscrito por grande parte da intelectualidade francesa de esquerda de maior notoriedade pedisse a absolvição de três homens perseguidos por terem mantido relações sexuais com adolescentes dos dois sexos de 13 e 14 anos. Entre os subscritores apareciam Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Louis Aragon, Roland Barthes, Gilles Deleuze, Philippe Sollers, André Glucksmann, Jack Lang, Bernard Kouchner...

As razões que nos anos setenta eram dadas para justificar a pedofilia parecem hoje o típico caso em que a ideologia impõe a sua lei para negar a realidade. Dizia-se que, tal como a revolução sexual havia emancipado as mulheres e os homossexuais, também havia que libertar as crianças da opressiva moral familiar. Era então de bom tom pedir que se baixasse a idade de consentimento sexual, reivindicação apoiada pelos movimentos homossexuais. Ao fim e ao cabo, não nos tinha ensinado Freud que a sexualidade está presente desde o nascimento? Nesse caso, a maioria sexual não seria mais do que uma convenção social criada para inibir as pulsões da criança.

O sofrimento da criança perante uma experiência desse tipo era negado ou posto em dúvida. O guru Michel Foucault assegurava: "Pode-se confiar que a criança sabe se sofreu ou não violência". A inocência da criança aparecia como um mito. Podiam até ser encaradas como manipuladoras que provocam o adulto, ao estilo Lolita. Muito menos se deve pensar que aqueles que defendiam estas ideias só pretendiam abusar de menores. É possível que a sua ideologia os levasse a acreditar que esta experiência podia ser boa para a criança.

## Abolir as limitações de idade

Também na Alemanha, em meados dos anos 80, [os Verdes apoiaram a pedofilia](#) no quadro da luta contra a "hipocrisia sexual burguesa" e a "intrujice anti-sexual da Igreja católica". Como recordava a "Der Spiegel", durante algum tempo nos meados dos anos 80, "os Verdes atuaram praticamente como o braço parlamentar do movimento favorável à pedofilia". Os Verdes tinham inclusivamente um grupo de trabalho nacional, "Gays, Pederastas e Transexuais", que fazia um trabalho de *lobby* perante o Parlamento federal para abolir a norma do Código Penal que proibia as relações sexuais com menores ("Aceprensa", 15.10.2013).

Também o comité do partido Verde aprovou, em 1985, uma declaração na qual se pedia "a abolição de todas as limitações de idade para as relações sexuais mutuamente consentidas", porque não respeitavam "os direitos à autodeterminação e à busca da felicidade das crianças". Neste ambiente, os pedófilos apareciam como uma minoria sexual perseguida. Hoje, os Verdes reconhecem que o apoio à pedofilia foi um erro, um excesso na luta pela libertação sexual.

## De inovação a crime

O livro de Verdrager recorda que o clima se foi alterando nos anos 80 e 90. Nesses anos, surgem testemunhos de vítimas de abusos sexuais e de incesto; os psiquiatras começam a negar que uma criança tenha a maturidade psíquica e emocional necessária perante um adulto para dar o seu consentimento sabendo o que faz e quer; alguns casos criminosos, como o do assassino belga Marc Dutroux que, em 1995 e 1996, sequestrou e submeteu a abusos sexuais seis meninas e adolescentes, das quais matou quatro, lançaram um estigma de horror sobre a pederastia.

Depois disso, nos anos 90, houve uma viragem relativamente à pedofilia, que passou a ser vista como uma patologia criminosa. As leis foram-se endurecendo sucessivamente. As crianças têm sido sensibilizadas para o perigo. Surgiram associações de pais para proteger as crianças. Os *media* dirigiram o seu foco para este problema, e o que antes era invisível passou a ser analisado na imprensa, filmado pelos

cinéastas, objeto de debates televisivos com especialistas... Agora, o importante é a proteção da criança, não a libertação sexual do adulto.

No quadro desta retirada, voltou a aumentar a idade de consentimento sexual, que antes havia baixado pretextando uma maior iniciação sexual precoce dos jovens. Em Espanha, por exemplo, a última [reforma do Código Penal em 2013](#) elevou essa idade dos 13 para os 16 anos. Com a nova lei, se um adulto mantiver relações sexuais com um rapaz ou rapariga menor de 16 anos – mesmo que consentidas – pode ser condenado por abuso a uma pena de dois a seis anos de prisão ("Aceprensa", 1.10.2013).

## A erotização da infância

O curioso e contraditório, é que a reprovação da pedofilia coincide hoje com uma crescente [erotização da infância](#). A moda infantil faz das meninas mulheres precoces, que devem ser não apenas bonitas como *sexy*; a roupa sugestiva, a cosmética para rostos infantis, os gestos insinuantes, são cultivados pelos fabricantes de roupa e pelas revistas juvenis. Uma educação sexual cada vez mais precoce e explícita oferece mais informação do que critérios de educação da afetividade e da vida de relação. Até parece normal falar de raparigas de 12 anos com "noivo" ou "parceiro". E tudo isto dentro de um quadro em que as letras das canções, a publicidade dirigida aos menores, as buscas na Internet, incitam a um precoce interesse pelo sexo.

## Crianças transexuais

A repercussão nas crianças das ideias dos adultos sobre a sexualidade comprova-se também hoje na proliferação de "crianças transexuais". A ideologia de género assegura-nos que a biologia não é determinante na identidade sexual, que esta é uma construção onde o decisivo é o que sente e deseja a pessoa. Se ela se considerar de um género diferente do género do seu sexo, haverá que atuar sobre o facto biológico para o ajustar aos seus sentimentos.

E se isto vale para os adultos, porque não para os menores que experimentam insatisfação com o seu sexo? Se no caso da pedofilia se tratava de favorecer a autodeterminação da criança e de libertá-la das imposições familiares, agora o objetivo é respeitar a escolha do menor insatisfeito e libertar o "menino preso num corpo de menina" ou vice-versa.

Se décadas atrás se pedia que fosse baixada a idade de consentimento sexual, também agora existem pressões para baixar a idade em que o menor pode começar um tratamento de "reatribuição de sexo". Pede-se que possa começar quanto antes um tratamento hormonal que bloqueie o natural desenvolvimento do adolescente de acordo com o seu sexo

biológico; exige-se, como fazia um relatório da Federação Sueca de Gays, Lésbicas e Transexuais, que já aos 15 anos um adolescente possa submeter-se à cirurgia ainda sem consentimento dos seus pais ("[Aceprensa](#)", 1.2.2016). As associações LGTB reclamam a "despatologização" da transexualidade, o que tornaria supérfluo um diagnóstico de *disforia de género*, como filtro psicológico prévio a qualquer tratamento de mudança de sexo. São exigências que sempre se fazem invocando o interesse da criança.

Mas não se deveria esquecer que, segundo os especialistas, "os dados de persistência (da *disforia de género*) indicam que uma grande maioria (80 % - 95 %) de crianças com idade anterior à puberdade que dizem sentir-se do sexo contrário ao do nascimento, não continuarão a experimentar depois da puberdade a disforia de género" (Grupo de Identidade e Diferenciação Sexual da Sociedade Espanhola de Endocrinologia e Nutrição). Assim, o menos que se deveria fazer, é esperar para ver se o diagnóstico persiste ou não.

Sobretudo, tendo em conta que as consequências da intervenção cirúrgica são irreversíveis, e que não faltam testemunhos de pessoas que se submeteram a esta operação de "reatribuição sexual" apenas para comprovar que a mudança não acalmava a sua ansiedade.

## Princípio de precaução

Compreende-se que grupos especialistas como o American College of Pediatricians (Ordem dos Pediatras dos EUA, ACP), tenham criticado a intervenção hormonal e cirúrgica diante de um problema que é essencialmente mental e que exige um tratamento psicológico. A ACP considera perigosos estes tratamentos hormonais: "O bloqueamento de hormonas na puberdade induz um estado patológico – a ausência da puberdade – e inibe o crescimento e a fertilidade num rapaz previamente são do ponto de vista biológico". Estes pediatras advertem que conceber a discordância de género como algo normal através da escola e das leis, e condicionar as crianças a aceitá-la, pode ser considerada uma forma de "maus-tratos a menores", e provocar a confusão de pais e filhos ("[Aceprensa](#)", 30.3.2016).

É seguro que os pais que apoiam o desejo da sua filha de mudar de sexo pensam que é o melhor para ela, porque insiste em que se sente criança. Mas uma coisa é o que uma pessoa sente e outra o que lhe convém. Se a filha é anoréxica, sentir-se-á gorda mesmo que esteja a pele e osso, e não será ajudada em nada fazendo-a seguir a corrente.

Hoje, deparamos já com crianças de 6 anos que dizem ser transexuais, e que pedem que sejam nomeadas e vistas como se fossem do outro sexo. A consciência de ser do género feminino ou masculino desenvolve-se paulatinamente, e pode haver casos excecionais em que essa evolução desabe

devido a percepções subjetivas ou experiências adversas. Mas nesta proliferação repentina de disforia de género não é estranho ver a influência de uma ideologia que chegou às crianças, as quais, como em tantas coisas, imitam modelos de adultos.

Um princípio elementar de precaução deveria levar a não adiantar decisões até que o interessado tenha adquirido a maioridade que lhe permita entender bem o que quer fazer e as suas consequências. E para oferecer a ajuda psicológica oportuna aos menores que sofrem de um problema de auto-aceitação.

A ideologia que justificou as relações sexuais entre adultos e menores há quarenta anos foi tóxica para as crianças que sofreram esta experiência, e que depois se considerou terem sido vítimas de um abuso. Um ensinamento que não convém esquecer agora que a ideologia de género justifica nos menores, intervenções que têm efeitos irreversíveis.

I. A.

## O direito dos filhos a uma mãe e a um pai

Perante o possível referendo sobre o casamento *gay* na Austrália, Margaret Sommerville, professora de bioética na Universidade de Notre Dame, [sugere](#) em "MercatorNet" (16.8.2017) *que não* se esqueçam os direitos das crianças. Seleccionamos alguns parágrafos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos define o casamento como um direito composto: os homens e as mulheres "têm direito a casar-se e a fundar uma família". O "direito a fundar uma família" faz do casamento a instituição social que reconhece e estabelece os direitos das crianças em relação aos seus pais e à estrutura familiar na qual são criados.

Se pensamos que as crianças, incluindo as que serão homossexuais de adultos, têm direito a uma mãe e a um pai – de preferência os seus próprios pais biológicos – e, se possível, a serem criadas por eles, então não podemos apoiar o casamento homossexual porque elimina esse direito. É verdade que nem sempre se respeita esse direito, mas nesses casos a sociedade não procura esse resultado de modo deliberado, o que faria o casamento *gay* se se convertesse em norma.

O casamento entre pessoas do mesmo sexo também suscita questões éticas delicadas.

Os casais de homossexuais (homens) representam uma percentagem significativa dos utentes da maternidade sub-rogada. Opõem-se à proibição legal da sub-rogação comercial, como a vigente no Canadá, alegando que tal impedimento vulnerabiliza o direito a fundar uma família que lhes reconheceu a legalização do casamento *gay*, e que é muito difícil encontrar mulheres dispostas a gestar de forma altruísta. Mas à margem de qual seja a nossa posição ética sobre a sub-rogação, proibimos o pagamento às gestantes porque nos parece que roça a venda de bebês; é proibido porque, tal como a escravatura, converte as crianças em mercadorias e despreza tanto as crianças envolvidas como as restantes.

## Igualdade para as crianças

(...) Nos debates sobre questões éticas, como as referidas anteriormente, a linguagem é muito importante, pois afeta as nossas emoções e intuições, sobretudo as morais, que ajudam a informar as nossas decisões sobre o que é ético ou não.

Os defensores do casamento entre pessoas do mesmo sexo deixaram de designá-lo assim para começarem a falar de “casamento igualitário”, o que nos leva a pensar na justiça e no admirado valor australiano da equidade. Essa é uma consideração importante e válida. Mas o que dizer da igualdade e da equidade dos filhos de casais homossexuais em relação aos do sexo oposto, que têm um pai e uma mãe (...) e o tratamento com os seus irmãos e os restantes parentes biológicos?

(...) A doutrina ética do “consentimento antecipado” defende que ao tomar uma decisão com um impacto grave nas pessoas que não podem dar o seu consentimento, deveríamos ser capazes de prever razoavelmente o que consentiriam se estivessem presentes. Consentiria uma criança ser privada de uma mãe ou de um pai?

Muitas pessoas que ficaram privadas do seu pai biológico por terem nascido de um doador anónimo de sêmen dizem que não teriam consentido. Descrevem-se a si mesmas como “órfãos genéticos”; explicam que “lhes falta uma metade”; e perguntam como pôde a sociedade permiti-lo. De igual forma, consentiriam ter nascido de uma mãe sub-rogada ou de dois homens ou de duas mulheres?

Decidir a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo exige encará-las com o choque entre as reclamações dos adultos e as necessidades e os direitos das crianças. Em tais casos, uma ética verdadeiramente humana exige escolher a favor dos mais fracos, dos mais necessitados, dos mais vulneráveis. As crianças estão, claramente, nesta situação e necessitam que o casamento continue a ser a união entre um homem e uma mulher.